



ATA

**138ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

CNPS

21 de novembro de 2007
Brasília – DF

II – ABERTURA

Presidindo a Mesa, Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Previdência Social, Luiz Marinho, abriu a 138ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social, desejando bom dia aos Conselheiros. Em seguida, citou alguns acontecimentos relevantes, tais como: a assinatura do Convênio de Cobertura Previdenciária nos países Ibero-Americanos; instalação de Conselhos em Uruguai e Pelotas no dia dezesseis de novembro e destacou que faltam ainda dois Conselhos na Região Sudeste: Teófilo Antônio e Volta Redonda, para serem instalados. Citou ainda os tópicos da Ordem do dia: Programa Viaja Mais - Melhor Idade; Propostas do Grupo de Trabalho; e Relatos Sobre o Fórum Nacional da Previdência – FNPS. Agradeceu a participação de todos nas tarefas do Conselho. Fez um breve comentário sobre a situação econômica e social do Brasil, destacando, principalmente, a importância da CPMF para o crescimento e desenvolvimento do país. Desejou um bom trabalho a todos os Conselheiros e passou a condução da mesa para o Senhor Secretário de Políticas de Previdência Social, Helmut Schwarzer.

III – EXPEDIENTE

O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Ministro de Estado da Previdência Social, Luiz Marinho, pelas palavras iniciais. Justificou a ausência dos Senhores Marco Antônio – INSS – e Benedito Brunca – INSS – por estarem participando da reunião da Comissão Multilateral Permanente de Previdência do MERCOSUL. Convidou o Senhor Geraldo Almir Arruda – MPS e a Senhora Ana Adail – Diretora Adjunta da Diretoria de Benefícios, para comporem a mesa. Complementou as informações passadas pelo Senhor Ministro de Estado da Previdência Social, Luiz Marinho, principalmente, sobre o Convênio de Cobertura Ibero-Americano de Previdência Social. Informou que o Brasil juntamente com os países que compõem o MERCOSUL e os três países que compõem a península Ibérica se comprometeram a ser os sete primeiros países a ratificar esse acordo para que ele entre em vigor. Citou a importância do sistema de transmissão de dados eletrônica entre os quatro países no âmbito do MERCOSUL, criado pelo Dataprev, que poderá ser adotado pelos 21 países da área Ibero-Americana. Citou que a OIT está solicitando ao Brasil que faça a liderança, junto com Portugal, do processo de apoio técnico ao desenvolvimento dos sistemas de Previdência nos países de Língua Portuguesa na África e na Ásia. O Senhor Presidente submeteu à votação a Ata da 137ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS, realizada no dia 24 de outubro de 2007, a qual foi aprovada por unanimidade. O Senhor Conselheiro José Morello pediu a palavra e solicitou que se falasse a respeito da abertura do concurso público para o INSS ao que a Senhora Ana Adail informou que a coordenação de Recursos Humanos do INSS estava trabalhando em relação ao concurso e que as nomeações poderiam ocorrer até março de 2008. A Senhora Conselheira Josepha Theotônia pediu a palavra e solicitou que constasse em ata que o 1º Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, deputado Nárício Rodrigues, ofertou a cada um dos membros da comitiva dos representantes dos países africanos um exemplar da Constituição Federal, completa e atualizada, com remessa via correios. O Senhor Presidente agradeceu a participação da Conselheira Josepha Theotônia e informou que foi marcada para o mês de março de 2008, em Recife, uma reunião técnica com os representantes dos países de Língua Portuguesa da África para capacitação de pessoas daqueles países em: estatísticas; projeções atuariais; técnicas de apresentação de dados do sistema previdenciário, etc. Agradeceu à presença da Senhora Jurema Monteiro – Coordenadora Geral do Programa Viaja Mais da Melhor Idade, Ministério do Turismo –, e passou-lhe a palavra para que ela desse início a apresentação sobre o Programa Viaja Mais – Melhor Idade.

IV – ORDEM DO DIA

1 – Programa Viaja Mais - Melhor Idade

A Senhora Jurema Monteiro – Coordenadora Geral do Programa Viaja Mais da Melhor Idade, Ministério do Turismo – agradeceu a oportunidade de poder fazer a apresentação e começou a

113 discorrer sobre o tema dividindo-o em três partes: 1) do que se tratava o Programa Viaja Mais –
114 Melhor Idade; 2) como ele funcionou na primeira fase; e 3) quais os seus primeiros resultados. Na
115 primeira parte – do que se trata o Programa Viaja Mais – a Senhora Jurema Monteiro informou que
116 o Programa estava dentro da agenda do Plano Nacional de Turismo que teve seu início em abril
117 de 2003 e que, em junho de 2007, passou por uma revisão em que foram estabelecidas novas
118 metas e diretrizes para o Ministério do Turismo. Citou que o Programa Viaja Mais – Melhor Idade
119 se relacionava à ação de promoção e comercialização e que essa era uma das principais
120 carências do segmento de turismo. Informou que o Programa tem relação com a atividade de
121 qualificação e com os equipamentos de serviços turísticos bem como com atividades do programa
122 de fomento a iniciativa privada. Enfatizou que um dos principais diferenciais deste programa é
123 justamente a linha de crédito consignado que foi discutido no Conselho Nacional de Previdência
124 Social – CNPS para ampliar a oportunidades de os brasileiros terem acesso também ao segmento
125 de turismo. Destacou que o Programa era uma iniciativa para estimular a promoção de viagem
126 para pessoas e grupos com renda insuficiente e com lazer limitado e também ao público da melhor
127 idade. Informou que o público alvo são os idosos – pessoas acima de 60 anos – e/ou aposentados
128 e pensionistas porque são pessoas que tem disponibilidade de tempo e que podem ajudar a
129 auxiliar a indústria do turismo na sua principal fragilidade: a sazonalidade. Na segunda parte da
130 apresentação – como ele funcionou na primeira fase – a Senhora Jurema Monteiro citou que um
131 dos parceiros do Ministério do Turismo é a Associação Brasileira de Operadoras de Viagem –
132 BRASPOA –, uma entidade que reúne hoje mais de sessenta empresas operadoras de turismo e
133 que as operadoras de turismo funcionam como montadoras. Informou que as viagens são aéreas e
134 rodoviárias e saem de origens fixas para destinos pré-determinados e que o Ministério do Turismo
135 tinha uma preocupação muito grande de ir a todos os destinos com ação de sensibilização e que
136 isso geraria um desdobramento da ação de qualificação dos serviços turísticos para o atendimento
137 público idoso. Citou que as programações eram exclusivas e customizadas para o Programa.
138 Informou que as saídas da primeira fase – de agosto a dezembro deste ano –, foram exclusivas
139 das cidades de São Paulo e Brasília e que a segunda fase vai começar no início do ano de 2008.
140 Destacou que: foi conseguida com o Ministério do Trabalho uma linha de crédito com juros
141 reduzidos; a Caixa Econômica e o Banco do Brasil ofereceram aos operadores uma taxa de juros
142 de menos de 1% ao mês, o que era bastante competitivo para os segmentos de turismo; disse que
143 as taxas de juros de crédito consignado no setor de turismo giravam em torno de 2.7%. Informou
144 que menos de 10% das vendas realizadas nos meses de agosto a novembro foram com a
145 modalidade de crédito consignado e que além dessa modalidade o passageiro poderia pagar com
146 todas as outras trabalhadas no mercado: cheque, cartão de crédito, financiamento direto, etc.
147 Citou que os parceiros do crédito consignado são os bancos oficiais: Caixa Econômica e Banco do
148 Brasil. Informou que inicialmente eram 14 destinos turísticos, mas que foi estendido para 23
149 destinos: saindo de Brasília era possível visitar a Região Norte, Nordeste e o Centro-Oeste; saindo
150 de São Paulo era possível visitar a Região Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. Informou que
151 não havia saídas de Brasília para as Regiões Sul e Sudeste, e de São Paulo para a Região Norte.
152 Destacou que a divulgação foi feita através da televisão, do rádio, da *internet*, dos agentes de
153 viagens, do jornal, da revista, da mídia externa, dos folhetos e do *display*. A Senhora Jurema
154 Monteiro partiu para a terceira parte de sua apresentação – quais os seus primeiros resultados –
155 destacando que através do *Call Center* foram recebidas – no período de setembro a novembro –
156 17.916 ligações com atendimento de 13.945 das chamadas. Destacou ainda que o *site* recebeu,
157 nesse mesmo período, 169 mil visitantes, e enfatizou ser um número bastante expressivo se
158 considerasse que o público do Programa, em geral, não tinha acesso à *internet*; e que, através do
159 *site*, também houve 585 solicitações de viagem. Informou que durante esse mesmo período – de
160 setembro a novembro – foi feito um treinamento de agentes de viagens e 971 agentes foram
161 treinados presencialmente e 637 agentes foram treinados *on-line* – ensino à distância. Ressaltou
162 que foram cadastradas 888 agências de viagens e 1.250 agentes; que existem três operadoras
163 envolvidas com o projeto; que para 2008 já há indicação de 20 empresas que estão fazendo
164 adesão à operação do Programa Viaja Mais. Informou que dentre os destinos de Caldas Novas,
165 Serra Gaúcha, Maceió, Araxá, Fortaleza e Recife, Caldas Novas era o mais solicitado de todo o
166 Programa com saídas de Brasília e São Paulo. Informou ainda que foi estabelecida uma meta de
167 venda de sete mil pacotes na primeira fase – setembro a dezembro –, mas que essa meta foi

168 superada com a venda de oito mil pacotes. Ressaltou que as perspectivas para 2008 são de
169 trabalhar juntamente com a BRASPOA, as entidades e os operadores para identificação de
170 perspectivas de continuidade do Programa para se aumentar o número de origem das viagens
171 para que o Programa ganhe todo o Território Nacional. A Senhora Jurema Monteiro agradeceu a
172 participação da Previdência Social e do INSS – parceiros do Programa Viaja Mais –, e a
173 oportunidade de poder apresentar os resultados do Programa na sua primeira etapa. O Senhor
174 Presidente agradeceu pela apresentação e passou à palavra ao Senhor Conselheiro Evandro José
175 que perguntou qual era o perfil de renda das pessoas que participaram da primeira fase do
176 Programa. A Senhora Jurema Monteiro respondeu que ainda estava sendo feita uma apuração do
177 perfil dos participantes. Convidou a todos para participarem de um Seminário Internacional – dias
178 11 e 12 de dezembro de 2007 – no qual seriam apresentados dados sobre o perfil do consumidor
179 que participou da primeira fase do Programa Viaja Mais. O Senhor Conselheiro Jorge Higashino
180 pediu a palavra e perguntou se para os aposentados e beneficiários teria alguma redução em cima
181 dos valores de baixa temporada. A Senhora Jurema Monteiro respondeu que era possível se
182 conseguir redução. O Senhor Conselheiro Jorge Higashino perguntou ainda como ficaria a
183 redução de valor se o beneficiário utilizasse o consignado para pagar parcelas em seis, sete
184 vezes. A Senhora Jurema Monteiro respondeu que os operadores fizeram a opção de reduzir a
185 oferta “sem juros” a “quatro vezes” e ampliaram a oferta do consignado para até doze meses. A
186 Senhora Conselheira Maria Júlia pediu a palavra e solicitou que se fizesse um levantamento do
187 perfil das pessoas que estão utilizando o Programa Viaja e qual a forma de pagamento mais usada
188 para esse fim. O Senhor Conselheiro Evandro José pediu a palavra e perguntou o quê significaria
189 um pagamento à vista de um pacote turístico em termos de redução de valor ao que a Senhora
190 Jurema Monteiro respondeu que para os operadores não significava nada e acrescentou que ainda
191 não havia um estudo de perfil, de renda e forma de pagamento por estarem em fase inicial do
192 Programa, mas que no final do ano de 2008 seria possível fazer uma série histórica de
193 comparação considerando o mercado, a forma de pagamento e a precificação dos pacotes
194 oferecidos. A Senhora Conselheira Josepha Theotônia pediu a palavra e perguntou se seria
195 possível saber quantas pessoas utilizaram o empréstimo consignado dentre as oito mil que
196 viajaram na primeira fase do Programa e se o empréstimo consignado era realmente utilizado pela
197 pessoa que viaja ao que a Senhora Jurema Monteiro respondeu que menos de 10% utilizaram o
198 empréstimo consignado e que, obrigatoriamente, quem contraia o empréstimo era quem viaja. A
199 Senhora Conselheira Josepha Theotônia pediu ainda que fosse encaminhado a todos os
200 Conselheiros algum material do Programa que esboçasse, principalmente, sobre a utilização do
201 crédito consignado. O Senhor Conselheiro Luiz Antônio perguntou se seria possível fazer um
202 levantamento das pessoas que utilizaram esse crédito para viagem e das que fizeram uso do
203 consignado anteriormente em outras situações ao que o Senhor Conselheiro Ubiramar Mendonça
204 – Dataprev – respondeu que bastava uma solicitação do Conselho à Dataprev que não haveria
205 problema nenhum em se fazer essa extração de dados. O Senhor Conselheiro Jorge Higashino
206 pediu a palavra e informou que em 2006 foi feito um levantamento com relação às formas de
207 utilização do empréstimo consignado e apenas 2% o utilizavam para viagem. O Senhor
208 Conselheiro Ubiramar Mendonça pediu a palavra e acrescentou que todo empréstimo consignado
209 é trabalhado dentro da margem do empréstimo, 30%, independentemente para o quê ele foi
210 utilizado. O Senhor Conselheiro Luiz Adriano pediu a palavra e perguntou se era possível
211 identificar se o empréstimo solicitado era utilizado para o turismo ao que a Senhora Ana Adail
212 respondeu que ainda não era possível obter essa informação no sistema, mas que seria viável
213 estudar a possibilidade de obtê-la. O Senhor Presidente agradeceu à presença da Senhora
214 Jurema Monteiro e passou para o segundo item da pauta da Ordem do Dia.

215

216 2 – Proposta do Grupo de Trabalho

217

218 O Senhor Presidente Helmut Schwarzer, Secretário de Políticas de Previdência Social – Ministério
219 de Previdência Social –, começou a sua apresentação falando dos principais aspectos abordados
220 pelo Grupo de Trabalho na reunião do dia 20 de novembro de 2007 e destacou os seguintes
221 pontos: medidas a serem tomadas no sentido de aumentar a segurança das transações, dos
222 empréstimos consignados e para se evitar fraudes. Informou que a primeira sugestão seria fazer

223 limitação em relação ao local de contratação do empréstimo consignado pela UF da qual o
224 aposentado ou pensionista recebe o benefício; a segunda sugestão seria se o aposentado
225 pensionista tiver uma conta-corrente própria na qual ele recebe o benefício da Previdência Social
226 que fosse essa mesma conta utilizada para o crédito consignado –; avaliação do cartão de crédito
227 nas suas duas linhas de utilização: consignado tradicional e o cartão de crédito propriamente dito
228 que, em um primeiro momento, eram tratados como mesma forma de crédito. Disse que o grupo
229 de trabalho não chegou a nenhuma conclusão de como agir, mas fez uma recomendação para que
230 se fizesse um reconhecimento de que as duas formas de crédito são diferentes e que precisariam
231 ter regras de crédito diferentes no que diz respeito às taxas e procedimentos. O Senhor Presidente
232 ressaltou que no final da reunião do grupo de trabalho foi recomendado que se fizesse um estudo
233 ou uma avaliação dos critérios para o cartão de crédito visando um maior conforto de segurança e
234 baixo custo para os aposentados e com a rentabilidade mínima necessária para as instituições
235 financeiras. O Senhor Presidente ressaltou ainda o terceiro tema discutido pelo grupo de trabalho:
236 que o crédito do empréstimo pudesse ser feito no cartão de benefício e a partir daí se criar um
237 mecanismo de redução de custos do próprio crédito. O Senhor Conselheiro Jorge Higashino pediu
238 a palavra e reforçou todos os pontos abordados pelo Senhor Presidente destacando a importância
239 de se fazer o estudo em conjunto com o INSS e Dataprev para se evitar problemas futuros como
240 lavagem de dinheiro, cobrança de CPMF indevida e complicações no processamento do crédito. O
241 Senhor Conselheiro Evandro José pediu a palavra e fez algumas considerações quanto às
242 medidas a serem adotadas em relação à conta-corrente para receber o crédito, destacando que há
243 muitos aposentados e pensionistas que não têm conta-corrente aberta existindo então uma
244 preocupação de como eles iriam fazer com os que estão nessa situação. A Senhora Conselheira
245 Josepha Theotônia pediu a palavra e acrescentou as suas considerações sobre o assunto e
246 solicitou que fosse feito um levantamento de como foi o comportamento da *selic* e qual foi o teto de
247 juros aplicado. O Senhor Conselheiro Luiz Adriano sugeriu que fosse feito um calendário de
248 reuniões para se discutirem a questão do crédito consignado. Destacou a necessidade de se
249 avaliar a flexibilidade de o aposentado fazer empréstimo em outra UF diferentemente da que ele
250 tem residência. Sugeriu que se fizesse uma resolução através do Conselho no sentido de se
251 impedir que as representações discutam sobre as taxas de juros diferenciadas para o cartão de
252 crédito. O Senhor Conselheiro Jorge Higashino pediu a palavra e fez algumas considerações
253 sobre o que os Conselheiros Luiz Adriano e Josepha Theotônia colocaram e destacou o trabalho
254 que tem sido realizado pela FEBRABAN no sentido de dar maior transparência para os clientes
255 quanto à base de cálculo dos juros praticados pelos bancos e que isso poderia ser disponibilizado
256 para os aposentados do INSS. A Senhora Ana Adail pediu a palavra e destacou a importância de a
257 instituição financeira credenciar as empresas que fornecem seus produtos. Informou que se o
258 segurado não tiver o seu CPF cadastrado nas bases de dados do INSS a averbação será negada
259 pelo Dataprev e que e os segurados serão orientados a irem à agência da Previdência para
260 regularizarem os seus dados. Disse que essa era mais uma medida tomada para dar maior
261 segurança ao segurado. O Senhor Conselheiro Jorge Higashino pediu a palavra e lembrou à
262 Senhora Ana Adail sobre a necessidade de se informar ao segurado que no desconto das parcelas
263 seja mencionado o nome do banco e para o quê está sendo descontado. O Senhor Conselheiro
264 Luiz Adriano pediu a palavra e solicitou que fossem melhoradas as informações que constavam no
265 *site* sobre as taxas de juros praticadas pelos bancos. O Senhor Presidente concluiu o tema
266 abordado com uma resolução tratando sobre: o assunto do local de contratação do empréstimo
267 consignado, com o seguinte texto: “O CNPS recomenda ao INSS que a contratação do
268 empréstimo consignado só pode ser feita no Estado aonde o beneficiário recebe o benefício”; da
269 conta-corrente com o seguinte texto: “recomendar ao INSS que o valor do empréstimo consignado
270 concedido ao beneficiário seja depositando, pela instituição financeira contratada, na conta-
271 corrente do beneficiário sempre que esta seja a modalidade pela qual ele receba o benefício,
272 ressalvado a hipótese do empréstimo vinculado ao Programa Viaja Mais”; do cartão de crédito com
273 o seguinte teor:” tendo em vista que as operações entre o crédito consignado tradicional e o
274 concedido mediante cartão de crédito constituem produtos distintos e com custos diferentes,
275 recomenda-se ao Ministério da Previdência Social e ao INSS que reavaliem os critérios
276 estabelecidos para a operacionalização desta modalidade de empréstimo”; e, por fim, “recomenda-
277 se ao CNPS avaliar a possibilidade de se efetuar o crédito do empréstimo no cartão benefício.” O

278 Senhor Conselheiro Jorge Higashino pediu a palavra e destacou a importância do cartão de crédito
279 possuir as bandeiras conhecidas nacionalmente e internacionalmente tais como: Visa, MasterCard
280 , Amex,etc.

281

282 3 – Relato dos Trabalhos do Fórum Nacional da Previdência Social – FNPS

283

284 O Senhor Presidente começou a discorrer sobre o tema falando sobre o Decreto nº 6.019 que trata
285 da finalidade do Fórum Nacional de Previdência Social. Destacou que a etapa de o Senhor
286 Ministro de Estado da Previdência Social, Luiz Marinho, e a equipe levarem os resultados do
287 Fórum ao Presidente da República ainda não foi feita. Ressaltou a importância do processo de
288 diálogo social ter sido feito em um Fórum Nacional de Previdência Social que é quadripartite.
289 Destacou ainda a importância: do consenso de se promover a formalização do trabalho e a
290 universalização da cobertura previdenciária a partir de um diálogo social quadripartite; da
291 concessão de empréstimos com incentivos e subsídios fiscais; a proposta de mudança da lei do
292 estágio, de se fazer uma recomendação para fortalecer a fiscalização contra a informalidade; de
293 acelerar o mecanismo de cobrança de dívidas; de efetuar mudanças na lei de criação de seguro
294 desemprego para que haja formas de contribuição específicas para o beneficiário do seguro
295 desemprego. Relatou a importância da segurança do trabalhador para mantê-lo por mais tempo no
296 serviço respeitando e fortalecendo as políticas nos dois desafios existentes: o da universalização e
297 do envelhecimento. Discorreu sobre os benefícios por incapacidade no sentido de se desenvolver
298 uma política que diminua a incidência de acidentes e de doenças da população o que ajuda a
299 contrabalançar os efeitos do envelhecimento demográfico. Ressaltou que quanto à transição
300 demográfica não houve acordos e a opção dos membros do Fórum e do Ministério foi a de
301 discutirem mais sobre qual medida adotar. Citou que as possíveis medidas seriam: a de se criar
302 mecanismos de incentivo monetário à postergação voluntária da aposentadoria; e a de se criar o
303 abono de permanência semelhante ao que foi criado para o funcionalismo público. Ressaltou ainda
304 acerca da pensão por morte e disse que sobre esse item não se chegou a nenhum consenso, mas
305 que esse direito deve ser reconhecido na legislação do Regime Geral de Previdência Social.
306 Destacou pontos importantes relacionados à questão de gênero, tais como: sugestões de políticas
307 afirmativas de gênero que devem ser aprofundadas porque existe uma diferença de tratamento
308 entre homens e mulheres no mercado de trabalho e na sociedade brasileira e não há regras
309 diferenciadas para a aposentadoria; recomendar que o Conselho Nacional de Previdência Social
310 faça, entre outras instâncias, avaliações periódicas sobre a participação da mulher na Previdência;
311 e a possibilidade de se estudar alternativas de políticas que assegurem proteção social aos que se
312 dedicam aos cuidados de longo prazo e aos que dele necessitam. Falou sobre os itens
313 relacionados à gestão do sistema previdenciário: a desoneração da folha de salários sem o
314 aumento da carga tributária conjugada com ações voltadas para a ampliação da formalização,
315 mantendo-se o equilíbrio financeiro; de se buscar o fortalecimento da gestão quadripartite com
316 possibilidade de se recriar o Conselho Nacional de Seguridade Social; de se criar um modelo de
317 gestão com profissionalização e modernização da administração previdenciária; e de se criar
318 formas de contabilização do resultado da Previdência. Falou ainda sobre coordenação entre
319 Previdência e Assistência Social, destacando os seguintes tópicos: a manifestação da vinculação
320 dos benefícios previdenciários ao salário mínimo; a reavaliação da composição da renda familiar
321 aplicada ao Benefício da Prestação Continuada; a idade de acesso ao sistema de Benefício de
322 Prestação Continuada que hoje é de 65 anos; e criação de regras de reajustes que sejam
323 sustentadas com a capacidade de financiamento da economia. Ressaltou os itens relacionados à
324 Previdência Rural, tais como: preservação de critérios diferenciados de contribuição e de acesso
325 aos benefícios previdenciários do segurado rural; criação de políticas públicas em relação aos
326 trabalhadores rurais para que haja redução das disparidades urbano-rural; que o Conselho
327 Nacional de Previdência Social e o Conselho Nacional de Seguridade Social, proposto, realizem
328 estudos e avaliações periódicas sobre as condições de trabalho rural e sua realidade demográfica;
329 e recomendações para se criar mecanismos que promovam e facilitem a formalização dos
330 contratos de trabalho dos trabalhadores assalariados rurais. O Senhor Presidente concluiu a sua
331 apresentação enaltecendo o Fórum em sua atuação e ressaltou a importância dos membros do
332 Fórum e do Conselho Nacional de Previdência Social dar continuidade ao trabalho começado no

333 âmbito do Fórum. Informou que todas as conclusões do Fórum seriam encaminhadas ao
334 Presidente da República e que, posteriormente, todos seriam informados das medidas adotadas.
335 O Senhor Conselheiro Evandro José pediu a palavra e reforçou alguns pontos do que foi
336 apresentado, tais como: a importância do diálogo social; o resgate de alguns elementos
337 importantes que não estavam muito presentes nos debates com a sociedade; a importância dos
338 debates no Fórum sobre a proteção social no Brasil; a segurança do trabalhador; e a
339 sustentabilidade do sistema social. A Senhora Conselheira Josepha Theotônia pediu a palavra
340 demonstrou a sua preocupação em relação ao que não se chegou ao consenso no Fórum e
341 também que o Fórum não estendeu os estudos para o servidor público e aos regimes próprios de
342 Previdência Social. O Senhor Presidente lembrou que o Fórum teve um papel consultivo apenas e
343 não deliberativo, que aconteceram avaliações sobre quais eram as possibilidades de consenso
344 para se difundir a discussão-reflexão sobre a necessidade de ajustes diante das transformações
345 sociais pelas quais a Previdência passou no nosso sistema de proteção social. Ressaltou que em
346 outra etapa se poderão avaliar as questões de sustentabilidade do sistema previdenciário em
347 longo prazo para o Brasil e o conjunto dos regimes previdenciários existentes. A Senhora
348 Conselheira Josepha Theotônia falou sobre a declaração dos trabalhadores e do governo sobre o
349 financiamento com o orçamento da seguridade social e perguntou por que o governo estava junto
350 com os trabalhadores e os empregadores não ao que o Senhor Presidente respondeu que houve
351 divergências de posições entre os empregadores, o governo e os trabalhadores. A Senhora
352 Conselheira Maria Júlia pediu a palavra e reforçou que o servidor público foi penalizado por causa
353 da reforma de previdência já realizada. O Senhor Presidente solicitou à Senhora Ana Adail que
354 desse esclarecimento sobre o desconto do Imposto de Renda sobre o 13º salário.

355

356 **V – OUTROS ASSUNTOS**

357

358 A Senhora Ana Adail – Diretora Adjunta da Diretoria de Benefícios – explicou que o desconto do
359 imposto de renda seria feito integralmente na parcela de dezembro em virtude de vedação legal
360 para que se fizesse esse desconto na antecipação (já paga em setembro). O Senhor Presidente
361 indicou os Conselheiros Luiz Adalberto e Josepha Theotônia para representarem o Conselho
362 Nacional de Previdência Social – CNPS – na reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico
363 e Social que se realizaria no dia 23/11/2007, na UNB-FINATEC. Solicitou à Dataprev e ao INSS
364 que preparassem um balanço das atividades da Previdência Social no ano de 2007 para ser
365 apresentado na próxima reunião do Conselho de Previdência Social – CNPS, dia 12/12/2007. O
366 Senhor Conselheiro Evandro José pediu a palavra e solicitou que se fizesse uma projeção do
367 cronograma do concurso público do INSS para ser apresentado na próxima reunião do Conselho.
368 O Senhor Presidente atendeu a solicitação do Conselheiro.

369

370

370 **VI – ENCERRAMENTO**

371 Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos, desejando-lhes um
372 bom retorno às suas casas, e declarou encerrada a 138ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional
373 de Previdência Social. Para constar, eu, _____, lavrei a presente ata.
374 Brasília, 21 de novembro de 2007.